

RESOLUÇÃO CERH Nº 15, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017
DOE Nº 33.385, DE 31/05/2017.

Estabelece a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará - CERH, e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO PARÁ, no uso das competências conferidas pela Lei Estadual nº 6.381, de 25 de julho de 2001, e pelo Decreto Estadual nº 1.556, de 9 de junho de 2016;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 2º do Decreto Estadual nº 1.556, de 8 de junho de 2016, dispõe que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, mediante Resolução, poderá constituir Câmaras Técnicas em caráter permanente ou temporário;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, anexo à Portaria de 14 de fevereiro de 2008;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará - CERH;

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária, ocorrida em 22 de fevereiro de 2017, na qual o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH aprovou os membros das suas Câmaras Técnicas, conforme a respectiva Ata de Reunião,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a composição da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, nos seguintes termos:

I - Governo Estadual:

- a) 02 (dois) membros da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS;
- b) 01 (um) membro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP;
- c) 02 (dois) membros da Procuradoria-Geral do Estado do Pará - PGE;

II - Poder Público Municipal:

- a) 01 (um) membro do Fórum Permanente de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará - FOPESMMA;

III - usuários de recursos hídricos:

- a) 01 (um) membro do Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará - SIMINERAL;

b) 01 (um) membro da Agência Reguladora do Serviço de Água e Esgoto de Barcarena - ARSAE;

IV - organizações civis legalmente constituídas:

a) 01 (um) membro da Ordem dos Advogados do Brasil -OAB;

b) 02 (dois) membros da Universidade Federal do Pará -UFPA;

c) 01 (um) membro do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA; e

d) 01 (um) membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Gestão Ambiental do Estado do Pará - SINDIAMBIENTAL.

Art. 2º Estabelecer a composição da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CTPERH, nos seguintes termos:

I - Governo Estadual:

a) 01 (um) membro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS;

b) 01 (um) membro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP;

c) 01 (um) membro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME;

d) 01 (um) membro da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA;

e) 01 (um) membro do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio;

II - Poder Público Municipal:

a) 01 (um) membro do Fórum Permanente de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará - FOPESMMA;

b) 01 (um) membro do Consórcio de Desenvolvimento Sócio Econômico Intermunicipal - CODESEI;

c) 01 (um) membro da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará - FAMEP;

III - usuários de recursos hídricos:

a) 01 (um) membro do Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará - SIMINERAL;

b) 01 (um) membro da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;

IV - organizações civis de recursos hídricos:

a) 01 (um) membro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

c) 01 (um) membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Gestão Ambiental do Estado do Pará - SINDIAMBIENTAL; e

d) 01 (um) membro da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.

Art. 3º Estabelecer a composição da Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental dos Recursos Hídricos - CTCEAR, nos seguintes termos:

I - Governo Estadual:

a) 01 (um) membro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS;

b) 01 (um) membro da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET;

II - Poder Público Municipal:

a) 01 (um) membro do Fórum Permanente de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará - FOPESMMA;

III - usuários de recursos hídricos:

a) 01 (um) membro da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA;

b) 01 (um) membro do Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará - SIMINERAL;

c) 01 (um) membro da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA;

IV - organizações civis de recursos hídricos:

a) 01 (um) membro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

b) 01 (um) membro do Movimento dos Ribeirinhos (as) das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba - MORIVA;

c) 01 (um) membro da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES;

d) 01 (um) membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Gestão Ambiental do Estado do Pará - SINDIAMBIENTAL;

e) 01 (um) membro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA;

f) 01 (um) membro da Universidade Federal do Pará - UFPA; e

g) 01 (um) membro da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA.

Art. 4º Estabelecer a indicação de representantes, em ordem progressiva, para eventuais substituições dos membros da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CTPERH, nos seguintes termos:

I - Governo Estadual;

a) 01 (um) membro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP;

II - usuários de recursos hídricos:

a) 01 (um) membro da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA;

III - organizações civis de recursos hídricos:

a) 01 (um) membro da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; e

b) 01 (um) membro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Art. 5º Os membros das Câmaras Técnicas do CERH exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução consecutiva.

Art. 6º As Câmaras Técnicas do CERH serão constituídas por Conselheiros titulares/suplentes, após manifestação expressa, ou por representantes/entidades indicados formalmente pelo Conselheiro Titular à Secretaria Executiva.

Art. 7º Os serviços prestados pelos membros das Câmaras Técnicas do CERH são considerados relevantes para o serviço público, não sendo passíveis de remuneração.

Art. 8º O funcionamento das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH deve atender às regras previstas no Regimento Interno do referido Conselho.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2017.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 22 de fevereiro de 2017.

LUIZ FERNANDES ROCHA

Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará

[Ver no Diário Oficial](#)

Este texto não substitui o publicado no DOE nº 33.385, de 31 de maio de 2017.